



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Mobilidade
e Desenvolvimento Regional
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 24 Nº 12
Dezembro de 2015

O problema da dívida do RS

Em 2014, a dívida do Rio Grande do Sul totalizou R\$ 54,8 bilhões. O montante é composto de diversas dívidas fundadas pela Administração Direta, mas a maior parte delas (86,1% do total) diz respeito apenas ao contrato de refinanciamento da dívida estadual previsto na Lei n.º 9.496/97. Tal contrato fez parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, que tinha por objetivo auxiliar os entes da Federação a criar e manter uma disciplina fiscal e, com isso, contribuir para o processo de estabilização da economia brasileira nos anos 90.

A partir da mesma Lei, não só o RS, mas também outros estados e municípios tiveram suas dívidas incorporadas pela União, a qual passou a ser sua credora. Os termos contratuais, no entanto, não foram iguais para cada ente da Federação. No caso específico do RS, o contrato de dívida tinha duração de 360 meses, sendo que a taxa de juros contratada era de 6,0% a.a., e o montante principal seria corrigido através da inflação medida pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI). O sistema de amortização utilizada seria a tabela Price.

Passados 17 anos, o saldo devedor, que, em 1998, era de cerca de R\$ 35,7 bilhões a preços de dezembro de 2014, totalizou, nesse mesmo ano, R\$ 46,3 bilhões. Esse fato suscitou uma série de questionamentos por parte da sociedade gaúcha, uma vez que, após quase duas décadas, o RS deve mais hoje do que devia no começo do contrato. Nesses termos, é natural que alguns questionem que a dívida já “teria sido paga”. Mas ela não foi.

A explosão do saldo devedor total tem sua origem nos próprios termos do contrato. Uma das cláusulas previa a possibilidade de o RS não pagar o valor integral da prestação. Segundo o contrato, era necessário que o devedor apenas pagasse uma parcela mínima da prestação, cujo valor correspondia a 13% da Receita Líquida Real (RLR). A diferença entre a prestação integral e o valor pago seria destinada a uma conta-resíduo, sobre a qual incidiriam os mesmos juros de 6,0% a.a. e a mesma correção monetária. É uma lógica semelhante à da fatura do cartão de crédito, em que é permitido ao cliente pagar, no vencimento, um valor mínimo, mas ainda continuar adimplente (obviamente, juros incidirão no restante não pago).

Em princípio, essa cláusula dá mais flexibilidade ao devedor, pois permite que quedas inesperadas na arrecadação ou a necessidade de um aumento temporário nos gastos sejam mais facilmente acomodadas. No entanto, a mesma cláusula pode ser fonte de instabilidade, caso tal recurso seja utilizado por um período demasiadamente longo, uma vez que isso fará a conta-resíduo aumentar de forma insustentável. O problema foi justamente esse.

Logo no começo do contrato, o RS já utilizava a opção de pagamento mínimo. Na época, acreditava-se que o uso da cláusula seria apenas temporário. A expectativa dos *policymakers* era de que a receita crescesse rápido o bastante para que, em pouco tempo, os 13% da RLR superassem o valor da prestação da tabela Price. Mais especificamente, a expectativa era de que a arrecadação crescesse por volta de 3% em termos reais. Contudo isso não aconteceu.

Existem muitos motivos que explicam a “frustração” de crescimento da receita. Segundo o **Relatório de Análise da Dívida Pública do Rio Grande do Sul**, uma das principais causas foi a escolha equivocada do IGP-DI como indexador de correção monetária do montante principal.

O relatório conclui que a escolha do IGP-DI é equivocada por duas razões. Em primeiro lugar, esse índice é altamente sensível à variação do câmbio. A sensibilidade tem origem em sua composição da cesta de bens. Ela possui, por exemplo, *commodities* cujos preços são determinados internacionalmente e denominados em dólares. Portanto, quando o dólar se valoriza, o serviço da dívida aumenta, o que, por sua vez, expõe o devedor, no caso, o Rio Grande do Sul, a uma espécie de “risco cambial”.

A segunda razão é que a arrecadação nominal do RS é pouco correlacionada com o IGP-DI. O “risco cambial” não seria tão nocivo se a arrecadação nominal do Governo do RS acompanhasse, de forma semelhante, a flutuação cambial. Dessa forma, o aumento da receita compensaria o aumento do serviço da dívida. O problema é que isso não acontece. Como foi mostrado no **Relatório**, as receitas nominais de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não têm uma relação estatisticamente significativa com o IGP-DI. Portanto, quando o dólar se valoriza e o IGP-DI sobe, o serviço da dívida aumenta, mas nossas receitas nominais não.

A escolha equivocada do indexador é, portanto, uma das razões que tornaram a dívida do Estado insustentável. O indexador fez com que o RS utilizasse, por muito tempo, a opção de pagar o valor mínimo, de tal forma que a conta-resíduo se tornasse excessivamente grande. Caso o indexador escolhido tivesse sido o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por exemplo, a dívida estaria em uma trajetória sustentável, uma vez que tal índice não é apenas muito menos sensível ao câmbio, mas também é muito mais correlacionado com as receitas do Estado do Rio Grande do Sul.

Guilherme Stein
Pesquisador em Economia da FEE

A Parceria Transpacífico e as exportações gaúchas

No início de outubro de 2015, 12 países da costa do Pacífico anunciaram, em Atlanta (EUA), um acordo cujos objetivos são, dentre outros, a redução ou a eliminação de tarifas para o comércio de determinados bens e serviços e o estabelecimento de padrões para investimentos, para a proteção ao meio ambiente, para o intercâmbio de informações e para os direitos de propriedade intelectual. A denominada Parceria Transpacífico — Trans-Pacific Partnership (TPP) — reúne Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Estados Unidos, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã. A população desse conjunto de nações atinge cerca de 800 milhões de pessoas, e o seu PIB representa algo em torno de 40% do total mundial. Embora a intenção dos países-membros seja formalizar o acordo ainda em 2016, isso parece pouco provável, uma vez que ele precisa ser ratificado pelos respectivos parlamentos. Pelo menos nas duas maiores economias do bloco, EUA e Japão, são esperados acirrados debates sobre o tema. Como costuma acontecer nessas tentativas de integração econômica e liberalização comercial, o debate prioritário, internamente, deverá centrar-se nas consequências da TPP sobre o mercado de trabalho local.

Por outro lado, à medida que os termos do acordo forem tornando-se públicos, maior e mais precisa deverá ser a compreensão de sua efetiva abrangência e intensidade e, por conseguinte, de seus prováveis efeitos não só sobre os países-membros, mas também sobre as demais regiões do planeta. Seguramente, há diversas maneiras de se especular sobre as consequências da efetivação dessa parceria nas exportações gaúchas de mercadorias. Uma delas é a análise dos principais grupos de produtos exportados pelo Estado e sua inserção no mercado da TPP.

Utilizando-se a classificação da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) (agregação a quatro dígitos), tem-se que, entre 2010 e 2014, últimos cinco anos para os quais existem dados anuais consolidados, os 10 grupos de produtos mais exportados pelo RS — desconsiderando as vendas externas de plataformas, que, na verdade, não se constituíram em exportações — foram, pela ordem: soja em grão, tabaco não manufaturado, carne de aves — basicamente de frango —, farelo de soja, polímeros de etileno, carne suína, arroz, calçados de couro natural, óleo de soja e couros preparados. Nesse período, o conjunto mencionado respondeu por 55,0% do total exportado pelo Estado (valores anuais corrigidos a preços de 2014).

Conforme mostra a tabela abaixo, desses 10 grupos, cinco têm inserção reduzida no mercado da TPP: os do complexo soja (grão, farelo e óleo), o da carne suína e o do arroz. No período analisado, esses agregados tiveram suas vendas concentradas em outras regiões: a soja em grão na China, o farelo na União Europeia, o óleo na China e na Índia, a carne suína na Rússia e na Ucrânia e o arroz na África. Portanto, a princípio, seu comércio exterior será pouco afetado com a consolidação desse novo bloco econômico.

É na comercialização externa dos outros grupos que a representatividade do mercado da TPP passa a ter significância. Desses grupos, o do tabaco parece estar numa posição confortável, uma vez que o único grande produtor entre os países da TPP, os EUA, está com a demanda em declínio e incentiva a substituição dessa cultura. Situação semelhante ocorre em relação aos couros: o Vietnã, único país do bloco com alguma expressão nas vendas externas desses produtos, é, na verdade, um importador líquido de couros preparados.

Já as exportações de aves, calçados e polímeros se mostram mais vulneráveis. No primeiro caso, porque os EUA são o segundo maior exportador mundial desses produtos, e o Japão, um dos grandes importadores. Para as vendas externas de calçados, que vêm, há muitos anos, perdendo espaço no mercado externo, a situação poderá agravar-se: a TPP reúne o maior importador mundial (EUA) e o terceiro maior exportador (Vietnã). Em relação às exportações de polímeros, cabe o registro de que Chile e Peru, tradicionais compradores desses bens do RS, estarão no mesmo bloco de alguns de seus maiores exportadores mundiais: EUA, Cingapura e Canadá.

À medida que esses acordos multilaterais vão sucedendo-se, o Brasil vê-se numa encruzilhada. Por um lado, é fácil entender que diversos fatores retraem a disposição dos empresários nacionais em entregar “seu mercado” em troca de pouca expectativa de avançar em “mercados alheios” — caso de boa parte da indústria brasileira. Mas, por outro, ao alijar-se dos grandes acordos comerciais mundiais, o País poderá sofrer ao menos duas graves consequências: perder mercados antes acessíveis ao seu agronegócio e distanciar-se ainda mais do avanço tecnológico inerente ao processo de liberalização comercial.

Participação percentual de regiões selecionadas nas exportações dos 10 principais grupos de produtos da pauta exportadora do RS — 2010-14

PRODUTOS	CHILE	CINGAPURA	EUA	JAPÃO	MÉXICO	PERU	VIETNÃ	OUTROS TPP (1)	TOTAL TPP (1)	DEMAIS REGIÕES
Soja em grão	0,00	0,00	0,56	0,02	0,03	0,00	1,54	0,00	2,16	97,84
Óleo de soja	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,37	0,82	1,85	3,04	96,96
Arroz	0,44	0,08	1,40	0,00	0,00	2,71	0,00	0,08	4,71	95,29
Farelo de soja	0,00	0,00	0,00	0,22	0,00	0,58	4,2	0,00	5,01	94,99
Carne suína	0,00	7,36	0,00	0,01	0,00	0,00	0,04	0,00	7,41	92,59
Carne de aves	0,00	3,44	0,00	9,95	0,06	0,09	0,32	0,96	14,83	85,17
Polímeros de etileno	6,37	0,5	0,72	1,77	2,21	3,29	0,11	0,09	15,06	84,94
Tabaco	0,12	0,27	11,94	0,00	0,09	0,00	1,33	1,38	15,14	84,86
Couros preparados ..	0,66	0,05	14,45	0,02	3,36	0,14	3,14	3,52	25,34	74,66
Calçados de couro ...	4,43	0,06	25,37	0,73	0,5	0,91	0,01	2,26	34,27	65,73

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Sistema AliceWeb.

NOTA: Tabela original atualizada a preços de 2014.

(1) TPP é a sigla para Trans-Pacific Partnership.

Vulnerabilidade e prosperidade social na Região Metropolitana de Porto Alegre

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) das regiões metropolitanas (RMs) brasileiras, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em outubro de 2015, apresentou um mapeamento da exclusão e da vulnerabilidade social para as principais RMs do País. A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), com um IVS na faixa de vulnerabilidade baixa (0,270), foi a de menor índice em 2010. A dimensão Renda e Trabalho, que, além de indicadores quanto à insuficiência de renda, inclui fatores relacionados ao fluxo de rendimentos — desocupação, ocupação informal, dependência de idosos, trabalho infantil —, foi a de melhor *performance* em todas as RMs, no período 2000-10. Nessa dimensão, a RMPA passou de vulnerabilidade média (0,331) em 2000 para muito baixa (0,190) em 2010. Na dimensão Capital Humano, que inclui indicadores de saúde e educação, determinantes para as condições futuras de inclu-

são social, a RMPA também registrou melhora, passando de um nível de vulnerabilidade alto (0,402) para um nível baixo (0,266). A dimensão Infraestrutura Urbana apresenta uma limitação, devido à inexistência de dados no **Censo 2000** para mobilidade, refletindo apenas a variação nas condições de serviço de saneamento básico dos domicílios, entre 2000 e 2010. Entretanto, destaca-se que, em relação à mobilidade, na RMPA, em 2010, 14% da população ocupada de baixa renda levava uma hora ou mais no deslocamento entre a casa e o trabalho.

Por fim, com o cruzamento do IVS com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), observa-se que a RMPA alcançou um nível de Prosperidade Social muito alto, dado que, em 2010, registrou um baixo nível de vulnerabilidade social associado a um alto nível de desenvolvimento humano.

Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) nas regiões metropolitanas do Brasil — 2000 e 2010

REGIÕES METROPOLITANAS	IVS (2000)	INFRAESTRUTURA URBANA (1)	CAPITAL HUMANO	RENDA E TRABALHO	IDHM (2000)	IVS (2010)	INFRAESTRUTURA URBANA	CAPITAL HUMANO	RENDA E TRABALHO	IDHM (2010)
Porto Alegre	0,355	0,333	0,402	0,331	0,685	0,270	0,322	0,297	0,190	0,762
Curitiba	0,389	0,419	0,402	0,345	0,698	0,285	0,405	0,266	0,184	0,783
São Paulo	0,386	0,413	0,368	0,377	0,714	0,299	0,407	0,264	0,226	0,794
Belo Horizonte	0,418	0,451	0,398	0,405	0,682	0,303	0,412	0,272	0,224	0,774
Goiânia	0,403	0,449	0,400	0,359	0,667	0,316	0,429	0,294	0,224	0,769
Rio de Janeiro	0,410	0,453	0,393	0,383	0,686	0,319	0,428	0,287	0,243	0,771
Distrito Federal e entorno	0,438	0,486	0,441	0,387	0,680	0,322	0,425	0,305	0,236	0,792
Fortaleza	0,480	0,431	0,508	0,501	0,622	0,346	0,348	0,369	0,322	0,732
Belém	0,456	0,437	0,461	0,470	0,621	0,351	0,380	0,340	0,333	0,729
Salvador	0,477	0,480	0,477	0,473	0,636	0,369	0,437	0,323	0,348	0,743
Recife	0,515	0,533	0,504	0,507	0,627	0,392	0,442	0,349	0,385	0,734
Manaus	0,560	0,579	0,604	0,496	0,585	0,415	0,484	0,423	0,337	0,720

FONTE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

NOTA: 1. O IVS varia de 0 a 1, com as faixas: muito baixa (0 - 0,2), baixa (0,201 - 0,3), média (0,301 - 0,4), alta (0,401 - 0,5), muito alta (0,5 - 1).

2. O IDHM varia de 0 a 1, com os níveis: muito alto (0,8 - 1), Alto (0,7 - 0,799), médio (0,6 - 0,699), baixo (0,5 - 0,599), muito baixo (0 - 0,499).

(1) Valores de 2010 para o componente mobilidade em 2000.

Cristina Maria dos Reis Martins
Pesquisadora em Economia da FEE

Extrema pobreza, medida por necessidades calóricas, no Rio Grande do Sul e no Brasil, entre 2011 e 2014

Os esforços realizados para a compreensão da pobreza nos levaram a concebê-la de forma abrangente, evolutiva e multidimensional. Apesar disso, a renda ainda é uma importante referência para a sua mensuração, pois seus dados quantificáveis são divulgados periodicamente por meio de institutos de pesquisa. A partir de uma característica unidimensional (insuficiência de renda), a pobreza pode ser classificada como absoluta (ideia de subsistência) ou relativa (relacionada ao padrão de vida predominante em uma sociedade específica). Uma estratégia comum para medir a pobreza absoluta ocorre a partir da definição de uma linha de pobreza, separando os pobres dos não pobres. Essas linhas são empregadas mundialmente para o cálculo das taxas de pobreza e de extrema pobreza.

No Brasil, dentre as linhas utilizadas, a que se baseia em necessidades calóricas, calculada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), possui a vantagem de se apoiar em uma base teórica (necessidades nutricionais), para estimar uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, utilizando os critérios da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS). São estimados valores diferentes para 24 regiões do País, com base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de acordo com as peculiaridades de cada região.

Para o Rio Grande do Sul, os valores das linhas de extrema pobreza baseadas em necessidades calóricas, os mais

altos entre todas as regiões no período analisado, foram de R\$ 140,42 (2011), R\$ 148,53 (2012) e R\$ 156,91 (2013). Para 2014, em razão da ausência da informação, corrigiu-se a linha de 2013 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), resultando em R\$ 167,25. Embora não exista uma linha para o Brasil como um todo, é possível verificar quantos brasileiros possuem renda familiar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza, por meio da aplicação das demais linhas regionais. Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, observa-se que, de 2011 a 2014, houve uma redução de 2,00 pontos percentuais (p.p.) no número de gaúchos que declararam renda familiar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza, enquanto, no Brasil, a redução foi de 2,31 p.p. Os dados da **PNAD 2014**, divulgados recentemente, apresentam os menores valores da série analisada tanto para o País quanto para o Estado.

Evolução da extrema pobreza, medida por necessidades calóricas, conforme declaração da renda, no RS e no Brasil — 2011-14

ANOS	RIO GRANDE DO SUL	BRASIL
2011	5,80	7,78
2012	4,15	6,66
2013	4,30	6,82
2014	3,80	5,47

FONTE: PNAD-IBGE (2011-14).

Carina Ribas Furstenu
Pesquisadora em Sociologia da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — maio/15-out./15

(%)

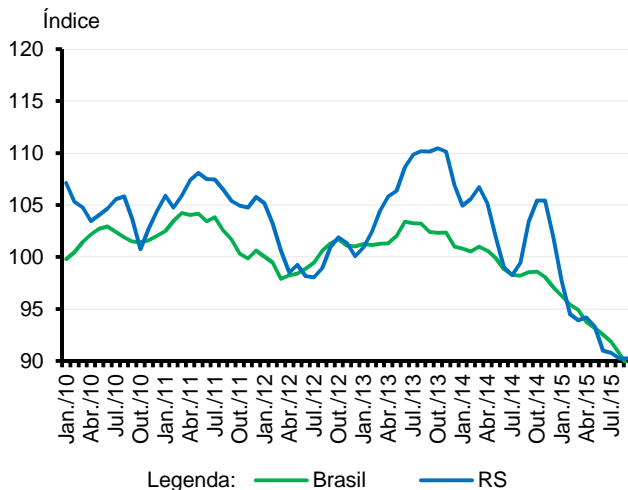
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Mai./15	0,74	5,34	8,47	0,41	3,64	4,10
Jun./15	0,79	6,17	8,89	0,67	4,33	5,58
Jul./15	0,62	6,83	9,56	0,69	5,05	6,96
Ago./15	0,22	7,06	9,53	0,28	5,35	7,55
Set./15	0,54	7,64	9,49	0,95	6,35	8,36
Out./15	0,82	8,53	9,93	1,89	8,36	10,10

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./10-set./15

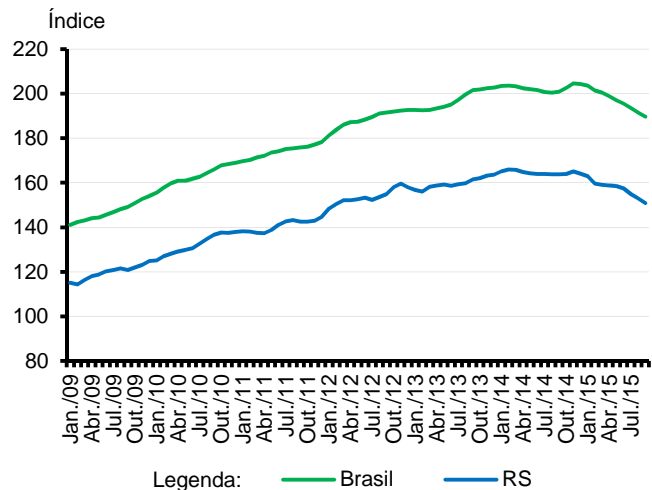


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.
3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-set./15



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — maio/15-out./15

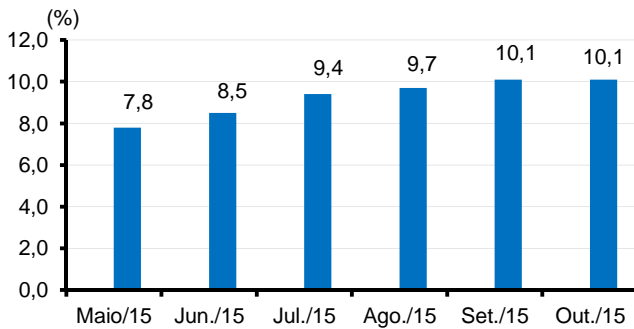
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Mai./15	Jun./15	Jul./15	Ago./15	Set./15	Out./15		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	3,06	3,11	3,22	3,51	3,91	3,88	3,23	3,13
Taxa de câmbio efetiva real (3)	104,2	105,1	108,4	117,6	129,4	127,7	109,5	107,3
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	13,25	13,75	14,25	14,25	14,25	14,25	13,40	13,08
Superávit primário (% do PIB)	1,45	1,94	2,04	1,51	1,51	2,25	0,41	0,71
Balança comercial (US\$ milhões) (5)	2.452	4.312	2.619	2.362	2.641	1.879	10.705	8.189
Exportações (US\$ milhões) (5)	16.672	19.585	18.450	15.358	16.027	15.938	159.599	192.666
Importações (US\$ milhões) (5)	14.220	15.272	15.832	12.996	13.386	14.060	148.894	184.477
Transações correntes (US\$ milhões) (5)	-3.393	-2.573	-5.697	-2.606	-3.066	-4.166	-53.475	-74.288

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês. (5) Dados divulgados segundo a nova metodologia do IBGE.

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no
Rio Grande do Sul — maio/15-out./15



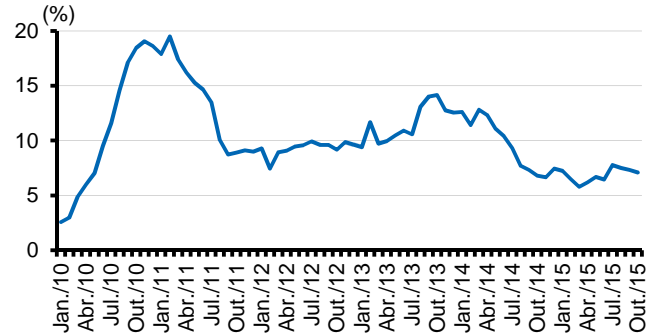
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. A partir de julho de 2014 o Dieese interrompeu a divulgação da taxa brasileira.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS
no Rio Grande do Sul — jan./10-out./15



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

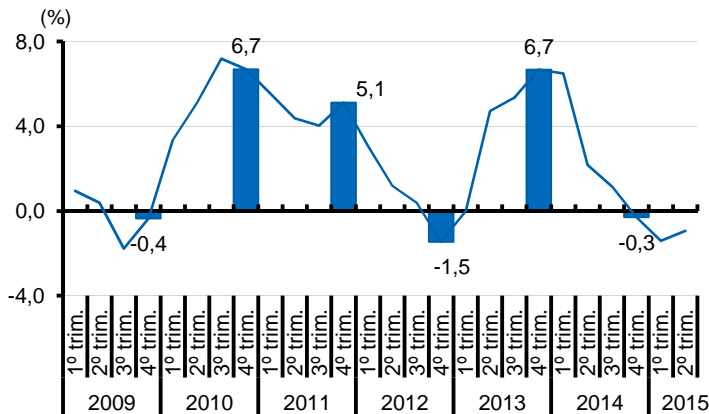
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — maio/15-out./15

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Maio/15	6.323	74.698	8,5	-8,4	-17,1	6,1	-5,6	-12,8	-11,7
Jun./15	8.050	94.326	8,5	-9,8	-14,7	5,3	-1,4	-13,4	-12,8
Jul./15	9.875	112.858	8,8	-9,8	-15,5	5,9	-1,1	-13,9	-13,9
Ago./15	11.471	128.343	8,9	-9,7	-16,7	7,3	-1,7	-15,0	-14,6
Set./15	13.567	144.491	9,4	-8,1	-16,8	10,0	-1,2	-15,5	-15,2
Out./15	15.096	160.539	9,4	-7,4	-16,4	11,7	-0,3	-16,1	-15,6

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 1º trim./09-2º trim./15

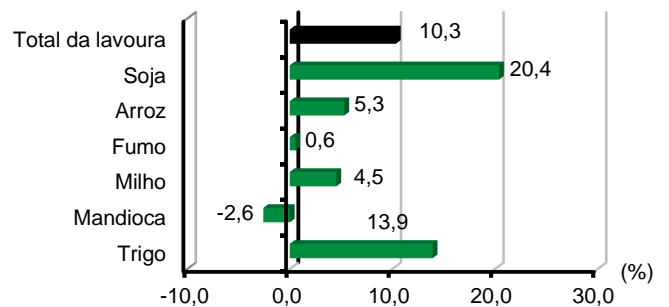


Legenda: ■ PIB do RS — PIB trimestral (RS)

FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — out./15



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.

Nova frustração na safra do trigo gaúcho

A safra de trigo amargou perdas significativas pelo segundo ano consecutivo, no Rio Grande do Sul. Em 2014, contabilizou-se queda de 50% da produção em relação ao ano anterior. Em 2015, devido às perdas com a safra passada, aos preços baixos e ao aumento dos custos de produção, a área plantada do cereal sofreu uma redução de 26%. Ainda assim, por apresentar uma base de comparação muito baixa, estima-se um crescimento de 14% na produção em 2015, o que totalizaria 1,9 milhão de toneladas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa produção, embora superior à de 2014, é 21% inferior à média das safras de 2009 a 2013.

O motivo desse desempenho ruim é recorrente: condições climáticas adversas, em que se destacam o excesso de chuvas

e a ocorrência de geadas. Como resultado, o rendimento médio da safra de 2015 foi de 2.183 kg/ha, 54% superior ao de 2014 e 16% inferior à média do desempenho de 2009 a 2013. Os fatores climáticos influenciaram também a qualidade do trigo colhido no Estado, o que renderá novamente preços abaixo do esperado pelos produtores.

Segundo o Informativo Conjuntural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do RS, de 19 de novembro de 2015, 15% da safra ainda não foram colhidos, o que significa que os números podem piorar. O Rio Grande do Sul foi responsável por 58% e 27% da produção brasileira de trigo em 2013 e 2014 respectivamente.

Desempenho das safras de trigo no RS — 2014, 2015 e média 2009-13

DISCRIMINAÇÃO	SAFRA 2014	SAFRA 2015	VARIAÇÃO %	MÉDIA DAS SAFRAS DE 2009 A 2013
Área plantada (ha)	1.181.979	878.536	-25,7	925.645
Área colhida/ a colher (ha)	1.180.817	871.804	-26,2	919.209
Área perdida (ha)	1.162	6.732	479,3	6.436
Produção (t)	1.670.623	1.903.035	13,9	2.398.286
Rendimento médio (kg/ha)	1.415	2.183	54,3	2.609

FONTE: IBGE/Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (out. 2015).
IBGE/Produção Agrícola Municipal (2014).

Carolina Agranonik
Pesquisadora em Economia da FEE

As finanças públicas em crise

Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) nominal de 2013 de todos os estados brasileiros, recentemente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), mostraram que o Rio Grande do Sul caiu do 4.º para o 5.º lugar, tendo sido superado pelo Paraná. Esse fato pode refletir os impactos negativos dos desajustes das finanças públicas gaúchas na economia. Existem pelo menos cinco evidências disso: as receitas, os resultados orçamentários, os investimentos, o quadro de pessoal e o endividamento.

As receitas estão fracas por causa das renúncias fiscais do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que vêm situando-se ao redor de R\$ 13,2 bilhões, o que demonstra claramente um nível muito acima do que as contas públicas gaúchas podem conceder aos empresários.

As receitas fracas repercutem nos resultados orçamentários da Administração Consolidada (de todo o setor público gaúcho, com exceção das estatais), cuja *performance*, na maioria dos últimos anos, tem sido deficitária e, o que é pior, vem deteriorando-se. Especificamente nos últimos cinco anos, ocorreram resultados deficitários cada vez maiores: R\$ 295 milhões (2010), R\$ 585 milhões (2011), R\$ 848 milhões (2012), R\$ 1,5 bilhão (2013) e R\$ 1,3 bilhões (2014). Em 2015, o déficit, até outubro, já chegava a R\$ 4,2 bilhões!

O gasto com investimentos em relação à Receita Corrente Líquida vem situando-se em um valor baixo nos últimos anos: 5,0% (2011), 5,2% (2012), 5,4% (2013) e 6,2% (2014).

Isso pode indicar que os recursos alocados nos últimos anos têm ficado aquém das necessidades do Estado, refletindo a escassez de recursos públicos.

O quadro de pessoal mostra uma tendência de aumento de inativos (aposentados) e pensionistas. Enquanto os servidores ativos diminuíram de 228 mil (1991) para 174 mil (2014), os aposentados aumentaram de 127 mil para 199 mil, respectivamente, no mesmo período. Isso significa que o Estado irá gastar o mesmo patamar histórico com pessoal, mas somente a metade dos funcionários prestará serviços à sociedade.

O endividamento público gaúcho é crescente. Especificamente, as dívidas públicas estaduais fundadas e consolidadas (dívidas internas e externas com vencimento de longo prazo) vêm gradativamente crescendo desde o período compreendido entre o final do Governo Peracchi (1971) e o final do Governo Tarso (2014), tendo passado, respectivamente, de R\$ 1,9 bilhão para R\$ 54,8 bilhões, um aumento de 29 vezes, em valores reais, pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI).

É necessário que as políticas públicas estejam alinhadas com as do Governo Federal, tanto para potencializar os seus efeitos na economia, como para que a sociedade possa receber o retorno justo dos impostos que está pagando.

Alfredo Meneghetti Neto
Pesquisador em Economia da FEE

O ajuste da indústria brasileira em 2015

A indústria de transformação brasileira vem passando por um processo de estagnação da sua produção ao longo dos últimos sete anos. Apesar do elevado crescimento observado em 2010, o fato é que a produção física industrial em 2014 encerrou 1,3% abaixo da de 2008. Esse fraco desempenho da produção resultou, nesse mesmo período, num baixo crescimento da produtividade industrial. Concomitantemente a isso, as baixas taxas de desemprego que se mantiveram até dezembro de 2014 forçaram os empresários a pagarem salários reais mais elevados aos trabalhadores. Assim, enquanto a produção se mantinha praticamente estagnada e a produtividade com baixo crescimento, tal fenômeno não ocorria com o salário real na indústria, o qual vinha numa trajetória constante de crescimento desde 2004. Esses três fatores, em conjunto, implicavam um aumento dos custos, pressionando ainda mais o índice de inflação.

A saída desse quadro implicaria, necessariamente, uma retomada da produção que levasse a um aumento da produtividade e, com isso, permitisse a continuidade da elevação do salário real. No entanto, para que isso ocorresse, far-se-ia necessária a existência de um conjunto de elementos favoráveis tanto no âmbito externo quanto no doméstico. Como tal cenário não se fez presente, o ajuste, em 2015, acabou sendo, necessariamente, recessivo.

Se, por um lado, a desaceleração do crescimento da produção industrial coincide com o desenrolar da crise econômica mundial que se iniciou em 2007-08, também é verdade que fatores de natureza interna, como a restrição ao crédito e a retomada de um novo ciclo de crescimento das taxas de juros em meados de 2013, contribuíram para agravar um quadro já desfavorável. Em 2015, o ajuste fiscal promovido tanto pelo Governo Federal quanto pelos governos estaduais, associado com a continuidade da elevação da taxa de juros, a acelerada elevação do desemprego e o recrudescimento inflacionário, contribuíram para acelerar a queda da produção, do emprego e dos salários na indústria. Assim, até setembro deste ano, a produção física da indústria de transformação brasileira havia caído 9,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Nesse mesmo período, o emprego industrial apresentou uma retração de 5,8%. Com isso, observou-se uma diminuição de 3,6% na produtividade, enquanto os salários reais por trabalhador apresentaram uma queda de apenas 1,0%. Assim, o ajuste que vem ocorrendo na indústria brasileira tem sido desfavorável tanto para os trabalhadores, os quais têm perdido seus empregos e visto uma deterioração do poder aquisitivo do seu salário, quanto para os empresários, que têm observado uma queda acentuada na produtividade.

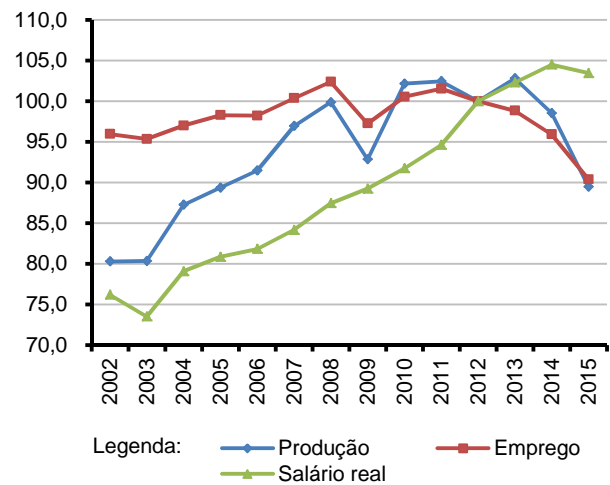
Esse cenário se torna ainda mais preocupante quando se observa a dimensão da crise em setores mais dinâmicos, como, por exemplo, as indústrias de bens de capital e de bens de consumo duráveis, que, até setembro deste ano, tinham acumulado uma queda na produção física de 23,5% e 15,8% respectivamente. Já a indústria de bens de consumo não duráveis, a qual havia apresentado um crescimento de 3,7% na produção física em 2014, em 2015 acabou sucumbindo ao efeito da aceleração no crescimento do desemprego e, até setembro, havia apresentado uma retração de 9,6%.

Se essa conjuntura se mantiver no último trimestre de 2015, a produção industrial brasileira vai terminar o ano com

o mesmo nível de 2005, e o emprego industrial terminará no menor nível histórico da série da Pesquisa Mensal de Emprego e Salário, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Gráfico). Assim, o cenário atual sinaliza um ajuste de mais longo prazo quando se iniciar o processo de recuperação, uma vez que a necessidade de recuperação dos níveis de produtividade e de redução dos custos deverá implicar uma baixa absorção do emprego e também do crescimento do salário real. Por outro lado, mesmo depois de iniciada a recuperação, deverá haver uma grande defasagem, até que os investimentos sejam retomados na indústria. Dessa forma, a crise industrial, que já havia sido grande em 2014 e que se aprofundou em 2015, deverá ter impactos de longo prazo na economia brasileira. Tais fatores deverão agravar as “doenças” que vêm acumulando-se no tecido industrial brasileiro ao longo dos últimos anos, geradas pelos baixos níveis de investimentos, pelo cenário macroeconômico ainda bastante instável, pelos vários anos de desvalorização cambial e, como decorrência, de baixa competitividade internacional. Nesse contexto, não é de surpreender que mesmo a desvalorização cambial observada no último ano tenha tido efeitos imperceptíveis sobre as exportações industriais e sobre o aumento da produção doméstica.

Esse quadro de deterioração industrial irá, necessariamente, criar problemas ainda maiores para a política econômica em 2016. Caso o Governo opte pela continuidade das políticas monetária e fiscal que dominaram em 2015, poder-se-á esperar um agravamento do panorama descrito acima. Se, por um lado, é verdade que tem ocorrido uma piora nas contas públicas nos últimos anos, também é verdade que o ajuste fiscal dificilmente terá sucesso em uma economia que atravessa uma recessão tão profunda. Uma recuperação mais robusta da economia mundial poderia ser um ingrediente-chave para o início de um processo de recuperação. Mas esse cenário parece que também não está no horizonte.

Índice da produção física, do pessoal ocupado e do salário real da indústria de transformação no Brasil — 2002-15



FONTE: IBGE.

NOTA: Os dados de 2015 foram estimados com base na taxa acumulada no ano, até setembro.

André Luis Contri
Pesquisador em Economia da FEE

Mercado formal de trabalho “acusa o golpe” em todo o RS

Após uma longa sequência de desempenhos positivos — e com uma defasagem temporal que surpreendeu inúmeros analistas, *vis-à-vis* o desaquecimento da atividade econômica —, o mercado de trabalho internaliza as manifestações da crise e, no Rio Grande do Sul, já acumula, neste ano (de janeiro a outubro), uma significativa perda de postos de trabalho. No conjunto do Estado, o saldo de admissões menos demissões assinala a extinção de 60,3 mil vínculos formais, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A indústria de transformação, que, nos últimos 10 anos (sempre considerados os 10 primeiros meses), só havia tido um registro negativo, bastante suave (-1,1 mil vagas), no turbulento ano de 2009, é responsável, agora, por metade dos empregos formais eliminados no mercado gaúcho (29,9 mil vagas). O comércio expulsa o segundo maior volume de trabalhadores (16,3 mil), e a terceira colocação fica com a construção civil (8,7 mil). Se tomarmos como referência (aproximativa) o estoque de empregados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), também produzida pelo MTE, do final do ano passado, podemos afirmar que, dos principais setores de atividade, é a construção civil que sofre, em 2015, o maior encolhimento relativo (aproximadamente 6% no intervalo considerado), ao passo que a indústria de transformação vem logo a seguir, com cerca de 4%. Para o conjunto do emprego formal, esses mais de 60 mil empregos representam uma retração em torno de 2,3%.

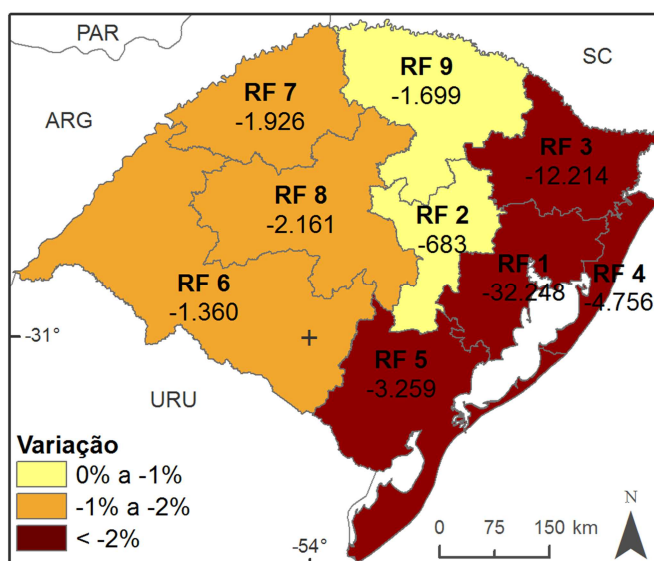
Quando se agregam os resultados municipais conforme a divisão do RS em Regiões Funcionais (RFs), constata-se que, a despeito das diferenças de intensidade, a virada da maré que caracteriza o ano em curso se fez sentir em todo o território gaúcho. Cabe frisar que, de modo análogo, todas as RFs viram crescer seu mercado formal de trabalho em cada um dos nove anos anteriores — com a única exceção da Região 4, composta apenas pelo Corede Litoral Norte, que detém pouco mais de 2% do emprego gaúcho e sofre especial distorção por conta da sazonalidade, quando se analisa a série de janeiro a outubro.

As perdas de 2015 concentraram-se, como esperado, na RF1, que abrange a Região Metropolitana de Porto Alegre. Nela, eliminaram-se 32,2 mil postos, 53,5% do total do Estado (participação superior à dessa RF no estoque da RAIS de 2014, que se situava em 48,1%). Em termos relativos, desconsiderada a RF do Litoral, o impacto mais expressivo foi na RF3, nucleada por Caxias do Sul, segundo maior mercado formal de trabalho do Estado (14,6% do total). Ali, a eliminação de 12,2 mil empregos representa uma retração de mais de 3% relativamente ao estoque da RAIS de 2014.

Os resultados parciais de 2015 marcam a extinção, no Estado, de um número de postos bem superior ao dos gerados no mesmo período do ano passado (45,9 mil). Mais do que isso, reverte-se um movimento continuado de expansão do emprego formal: nos últimos 10 anos, o resultado mais modesto para os primeiros 10 meses do ano havia sido, justamente, o de 2014, e, o mais notável, o de 2010, quando quase 160 mil postos foram gerados, 40% dos quais na indústria de transformação. Recorrendo-se, alternativamente, ao parâmetro dos estoques das RAIS, em 31 de dezembro de cada ano (e tomando-se apenas os celetistas), o crescimento do emprego formal gaúcho, entre 2005 e 2014, foi de 40,4%, com a criação de 765,6 mil vagas. Nas regiões, a menor variação relativa foi de 31,8% na RF6, e a maior, de 53,9% na RF4 (o que confirma o efeito da sazonalidade referido acima).

A conjuntura é de recuo sobre terrenos recentemente conquistados. A duração e a severidade das perdas ainda são difíceis de antever. De qualquer modo, assim como tardou a “acusar o golpe”, o mercado de trabalho precisará de um tempo para responder positivamente à melhora do cenário econômico, quando ela der seus primeiros sinais.

Varição absoluta e relativa do emprego formal nas Regiões Funcionais do RS — jan.-out./15



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS e Caged).

NOTA: Os percentuais de variação foram calculados aproximadamente, com base no estoque da RAIS de emprego formal celetista, relativo a 31 de dezembro de 2014.

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho
Pesquisador em Sociologia da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 1º.12.15).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Igor Alexandre Clemente de Moraes
Diretor Técnico: Martinho Roberto Lazzari
Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial: Martinho Roberto Lazzari (Editor), Bruno Paim, Iracema Keila Castelo Branco, Jefferson Augusto Colombo, Thomas Hyeono Kang e Vaniclei Zanin

Núcleo de Dados: Renan Xavier Cortes (Coord.) e Pedro Kanopf Oliveira

Revisão: Elen Jane Medeiros Azambuja e Susana Kerschner

Fundação de Economia e Estatística

Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br